

**ANEXOS AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA****PLANO DE TRABALHO****DADOS CADASTRAIS****MINISTÉRIO DA CIDADANIA (MC)**

CNPJ: 05.756.246/0004-54

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Brasília-DF CEP: 70046-900

DDD/Fone: (61) 2030-1501

Esfera Administrativa: Federal

Nome do Responsável: Antônio José Barreto Araújo Junior

CPF: 273.163.698-09

RG: 24737957-8 Órgão Expedidor: SSP/SP

Cargo/Função: Secretário Executivo

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, em Brasília/DF CEP: 70046-900

**SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA/ MINISTÉRIO DO TURISMO (SECULT/MTUR)**

CNPJ: 05.457.283/0002-08

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 2º, 3º e 4º andares, Brasília/DF CEP: 70068-900

DDD/Fone: (61) 2024-2060

Nome do Responsável: Mario Luis Frias

CPF: 021.051.297-06

RG: 08655976-2

Órgão Expedidor: SECC/RJ

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 2º, 3º e 4º andares, Brasília/DF CEP: 70068-900

DDD/Fone: (61) 2024-2484

**1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

1.1 O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a troca de informações e operacionalização de ações de caráter preventivo e repressivo a fraudes e pagamentos indevidos relacionados aos auxílios emergenciais criados pelas Leis nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, destinada ao setor cultural, incluindo o compartilhamento de informações constantes em bases de dados necessárias à verificação dos beneficiários já atendidos pelo auxílio emergencial gerido pelo Ministério da Cidadania, de forma a evitar pagamentos em duplicidade. .



## 2. DIAGNÓSTICO

2.1. Com o advento da Lei nº 14.017, de 2020, (conhecida como Lei Aldir Blanc), que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em decorrência da crise provocada pelo coronavírus, impõe-se um rígido e necessário respeito aos critérios de elegibilidade, previstos em seu art. 6º, para que haja o deferimento do auxílio emergencial pelos agentes públicos envolvidos, os quais estão vinculados à legalidade estrita.

2.2. O pagamento do benefício em tão curto espaço de tempo exige do MTur um trabalho hercúleo, que envolve uma operação complexa, inédita e muito detalhada. Para tanto, é de bom alvitre o aprimoramento da engrenagem da política pública relacionada ao pagamento do auxílio emergencial e o Ministério da Cidadania torna-se parceiro no cruzamento de dados para fins de identificação de irregularidades em benefícios do auxílios emergenciais criados pelas Leis nº 13.982/2020, e Lei nº 14.017/2020, evitando assim o pagamentos em duplicidade.

2.3. Destarte, considerando o ineditismo da situação, entende-se que para atender ao interesse público, mantendo-se a lisura e a transparência dos procedimentos, deva-se tomar como parâmetro o procedimento efetuado no âmbito do Ministério da Cidadania para o pagamento do auxílio emergencial previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, em virtude de ambos terem o mesmo fundamento, ou seja, de prestar auxílio ao trabalhador durante a situação de emergência em decorrência das medidas de isolamento impostas.

2.4. Ademais, dado o montante de recursos necessários para a efetivação da política emergencial, torna-se de suma importância que o público alvo do programa seja corretamente identificado, de forma a evitar o pagamento indevido e, assim, o desperdício dos recursos públicos. Nesse sentido, a instrumentação do controle permitirá a identificação de possíveis irregularidades e garantir que o pagamento do auxílio seja efetivamente realizado a quem deve recebê-lo, observadas as regras estabelecidas.

2.5. Ante o exposto, o presente Plano de Trabalho propõe-se a promover a troca de informações com vistas a viabilizar a operacionalização de ações de caráter preventivo e repressivo a fraudes relacionadas ao auxílio emergencial criado pela Lei nº 14.017, de 2020, incluindo o compartilhamento de informações constantes em bases de dados necessárias à verificação dos requisitos para concessão do auxílio emergencial de que trata a referida Lei.

## 3. ABRANGÊNCIA

3.1 O presente Plano de Trabalho tem abrangência nacional.

## 4. JUSTIFICATIVA

4.1. A Lei nº 14.017, de 2020, a exemplo do auxílio emergencial concedido pela Lei Federal nº 13.983, de 2020, nos termos de seu art. 2º, inciso I, concede, a título de auxílio, o pagamento de renda emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, em três parcelas sucessivas de R\$ 600,00 (seiscentos reais) cada uma.

4.2. Ainda, em seu art. 6º, foram estabelecidos critérios específicos para o recebimento das parcelas, a saber: "Art. 6º Farão jus à renda emergencial prevista no inciso I do caput do art. 2º desta Lei os trabalhadores e trabalhadoras da cultura com atividades interrompidas e que comprovem: I - terem atuado social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação desta Lei, comprovada a atuação de forma documental ou autodeclaratória; II- não terem emprego formal ativo; III - não serem titulares de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiários do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Programa Bolsa Família; IV - terem renda familiar mensal per capita de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até 3 (três) salários-mínimos, o que for maior; V- não terem recebido, no ano de 2018, rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); VI - estarem inscritos, com a respectiva homologação da inscrição, em, pelo menos, m dos cadastros previstos no § 1º do art. 7º desta Lei; e VII - não serem beneficiários do auxílio emergencial previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. § 1º O



recebimento da renda emergencial está limitado a 2 (dois) membros da mesma unidade familiar. § 2º A mulher provedora de família monoparental receberá 2 (duas) cotas da renda emergencial."

4.3. Desta forma, considerando a grandeza desse programa de concessão de renda, bem como o volume de recursos a serem transferidos, torna-se necessário a observância de aspectos fundamentais da gestão desses vultosos montantes de recursos públicos, mais especificamente, a garantia que o recursos públicos sejam destinados corretamente aos profissionais do setor cultural elegíveis, que mais precisam do auxílio emergencial.

4.4. Ademais, cumpre ressaltar que diante da premência das providências a serem tomadas, da urgência na estruturação do pagamento da renda emergencial, bem como em razão da unicidade da situação de estado de emergência, decorrente da Pandemia, torna-se fundamental o desenvolvimento de atividades complementares para viabilizar a operacionalização de ações de caráter preventivo e repressivo a fraudes no pagamento da renda emergencial em razão de existir critérios específicos para se enquadrar como beneficiário.

4.5. Para tanto, o MTur, almejando a operacionalização do benefício, deverá assegurar que a gestão ativa do benefício seja realizada com base nas melhores informações disponíveis, buscando os mais elevados níveis de eficiência. Ademais, deverá envidar os melhores esforços no sentido de impedir que organizações criminosas e fraudadores desvirtuem o sentido da política pública, apossando-se de valores que deveriam ser destinados aos trabalhadores da cultura.

4.6. Desta forma, têm-se que para o cumprimento dos dispositivos constantes no diploma legal objeto da questão, caberá aos entes federados a realização de levantamentos e cruzamentos de dados, de sorte que haja a completa segurança de que o pretendente tenha atendido a uma série de condicionantes, tais como por exemplo: não ter recebido o auxílio emergencial disposto na Lei nº 13.982, de 2020, além de outras informações.

4.7. Nesse contexto, considerando as missões institucionais do MTur, dentre outras, fazer o gerenciamento da política pública do auxílio emergencial para todos os beneficiários, esta cooperação se justifica pelo caráter complementar das atribuições institucionais de ambas as instituições, pelo interesse recíproco na execução do objeto, pela obtenção do interesse público.

## **5. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS**

5.1 Compartilhamento de informações e operacionalização de ações de caráter preventivo e repressivo a fraudes relacionadas ao auxílio emergencial, criado pela Lei nº 14.017, de 2020, incluindo o compartilhamento de informações constantes em base de dados necessárias à verificação dos requisitos para concessão do auxílio emergencial de que trata a referida Lei.

Objetivos específicos:

- a) viabilizar o intercâmbio de informações contidas em registros dos Programas Sociais do Governo Federal, como a Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Cadastro Único;
- b) realizar o cruzamento entre as bases de dados extraídas do Cadastro Único e as bases de dados do público considerado elegível ao recebimento da renda emergencial do setor cultural, de forma a evitar o pagamento em duplicidade;
- e) produzir, organizar, transferir e utilizar informações de registros administrativos para planejar e executar operações de repressão a fraudes relacionadas ao cadastramento e recebimento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 14.017, de 2020, resguardado o sigilo das informações;
- g) planejar e executar ações de combate a crimes cibernéticos relacionados ao auxílio emergencial de que trata a Lei nº 14.017, de 2020;
- h) elaborar subsídios para o aprimoramento das ferramentas de gestão e operacionalização do benefício;
- e
- i) instituir protocolos e ferramentas de prevenção a fraudes relacionadas ao auxílio emergencial de que trata a Lei nº 14.017, de 2020.

## **6. METODOLOGIA**



6.1 A operacionalização das ações previstas no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica será conduzida principalmente por meio (i) da organização de bancos de dados identificados; (ii) cruzamento de dados dos diferentes bancos de dados disponibilizados ou acessados pelas partícipes signatárias, por intermédio da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev; (iii) planejamento e execução de operações de repressão a fraudes; e (iv) identificação de indícios de fraudes.

## 7. UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

7.1 Fica a Secretaria Especial de Cultura do MTur, e a Secretaria Nacional do Cadastro Único (SECAD), por parte do Ministério da Cidadania, responsáveis pela gestão do Acordo, por meio dos respectivos representantes e agentes públicos por eles indicados.

## 8. RESULTADOS ESPERADOS

8.1 Com a celebração da parceria entre a SECULT/MTur e o Ministério da Cidadania, pretende-se:

- a) estabelecer sistemática para troca de dados identificados de registros sob gestão das instituições signatárias;
- b) levantar subsídios para o planejamento e execução de ações de repressão à fraude;
- c) identificar e combater as atividades fraudulentas praticadas em ambiente online ou similares;
- e) contribuir com recomendações para o aprimoramento da gestão de políticas de transferência de renda, especialmente no que concerne à prevenção e ao combate a fraudes.

Meta	Etapa ou Fase		Partícipe Responsável	Indicador Físico		Duração	
	Nº	Especificação		Unidade de Medida	Quantidade	Início	Término
1 – Intercâmbio de Informações	1.1	Tramitação de termos de responsabilidade e de compromisso de manutenção de sigilo para acesso às bases identificadas	SECULT/MTur e Cidadania	Documento	A definir	setembro/2020	dezembro/2020
	1.2	Disponibilização das bases relacionadas ao Cadastro Único e aos beneficiários dos Programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada	SECULT/MTur e Cidadania	Base de dados	A definir	setembro/2020	dezembro/2020

	1.3	Levantamento de outras bases e registros que possam subsidiar as atividades previstas neste Plano de Trabalho	SECULT/MTur e Cidadania	Base de dados	A definir	setembro/2020	dezembro/2020
		Disponibilização de Informações e bases de dados necessárias à verificação dos beneficiários já atendidos pelo auxílio emergencial gerido pelo Ministério da Cidadania	SECULT/MTur			setembro/2020	dezembro/2020
		Disponibilização de Informações e bases de dados de beneficiários do auxílio emergencial, criado pela Lei nº 14.017, de 2020.	SECULT/MTur	Base de dados	A definir	setembro/2020	dezembro/2020
2 – Planejamento e Execução	2.1	Suporte quanto aos critérios de elegibilidades previstos na Lei nº 14.017, de 2020, caso necessário para o fornecimento das informações e identificação do público alvo do auxílio emergencial.	SECULT/MTur e Cidadania	Relatório	A definir	setembro/2020	dezembro/2020
	2.2	Apresentação de relatórios de resultados da apuração de irregularidades na concessão dos benefícios	SECULT/MTur e Cidadania			setembro/2020	dezembro/2020



	Apresentação de Relatório de ações desenvolvidas	SECULT/MTur e Cidadania			setembro/2020	dezembro/2020
--	---	----------------------------	--	--	---------------	---------------

## 9. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Esta cooperação não envolve a transferência de recursos entre os participantes.

Aprovado pelas autoridades competentes.



**MARIO LUIS FRIAS**

Secretário Especial de Cultura

Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo



**ANTÔNIO JOSÉ BARRETO DE ARAÚJO JÚNIOR**

Secretário-Executivo

Ministério da Cidadania